



# TAP – problema nacional, sinal dos tempos



**Sebastião Feyo de Azevedo**  
Prof. catedrático, reitor da Univ. do Porto

**1** A TAP anunciou recentemente a supressão de várias rotas a partir do Aeroporto Sá Carneiro, incluindo rotas europeias de grande valor político e económico. Anunciou simultaneamente a criação de uma ligação Vigo-Lisboa. Estas medidas conjuntas não só representam uma fratura com o objeto do serviço público que esta empresa prestou duran-

te dezenas de anos, como, e principalmente, indiciam, o reforço de um modelo de políticas públicas e privadas articuladas e convergentes, aqui representado pelo reforço da concentração das rotas em Lisboa, que tem sido o responsável primeiro pelo nosso atraso relativo na Europa.

2. Atente-se a que o Aeroporto Sá Carneiro serve a Região Norte e uma parte significativa da Região Centro, isto é, serve quase meio Portugal continental. Mas, tem servido igualmente uma boa parte da Galiza, um serviço de grande significado político e económico que provavelmente se esfumará. Em tempos de globalização, de atividade intensa com parceiros internacionais, precisar de dois voos para ir a Bruxe-



**O problema da TAP terá que ser resolvido no quadro de uma clarificação do estatuto atual da empresa. É pública ou privada? Se é pública, haverá espaço de intervenção pública. Se é privada, então teremos que assumir as regras e critérios dos “mercados sem controlo”**

las, Barcelona ou Milão, ou ter uma agenda de voos diretos mais condicionada, representa um retrocesso inaceitável, porque desastroso para a nossa economia e ciência e negativo para o nosso sentimento de pertença nacional.

3. Este é um conflito público que terá que ser resolvido por ação política no terreno, por parte de todos os que pensam que o desenvolvimento nacional se alcança através de políticas de integridade nacional e não de políticas concentracionistas. Perceba-se no entanto que terá que ser resolvido no quadro de uma clarificação do estatuto atual da empresa. É pública ou privada? Se é pública, haverá espaço de intervenção pública. Se é privada, então teremos que assumir as re-

gras e critérios dos “mercados sem controlo”, com as consequências correspondentes para os clientes e principalmente para a TAP. Sinal forte de tempos económicos e políticos mundiais que vivemos, mas, mais do que isso, sinal forte de uma cultura nacional que não conseguimos inverter e que realmente tolhe o nosso desenvolvimento. O caminho encetado pelo presidente da Câmara do Porto para a resolução deste conflito, sendo que este é um problema nacional e não do Porto, parece-me exemplar. Confio que o problema se vai resolver através de uma forte ação responsável de cidadania, assente no direito e na razão. De uma forma ou de outra, lá chegaremos.